

São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Diretores da
São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216451/O-1

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Disponível		<u>1.321</u>	<u>3.498</u>	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde			
Realizável				Provisão de prêmio / contraprestação não ganha - PPCNG	13	27.499	5.155
Aplicações financeiras				Provisão de eventos a liquidar para o SUS	13	35.663	17.894
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	5	126.610	116.765	Provisão de eventos a liquidar	13	22.816	41.773
Aplicações não vinculadas	5	<u>90.673</u>	<u>44.180</u>	Provisão para remissão	13	524	905
		<u>217.283</u>	<u>160.945</u>	Provisões de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	13	<u>66.331</u>	<u>44.152</u>
						<u>152.833</u>	<u>109.879</u>
Créditos de operações com planos de assistência à saúde				Débitos de operações de assistência à saúde			
Contraprestação pecuniária a receber	6	67.301	53.804	Comercialização sobre operações de assistência a saúde		3.550	1.969
Outros créditos com operações de assistência a saúde	7	<u>15.752</u>	<u>9.538</u>	Outros débitos de operações de assistência à saúde		<u>3.746</u>	<u>2.446</u>
		83.053	63.342			7.296	4.415
Créditos tributários e previdenciários	8	34.038	13.211	Tributos e contribuições a recolher	14	45.787	20.598
Bens e títulos a receber	9	<u>39.075</u>	<u>25.478</u>	Empréstimos e financiamentos a pagar		2.523	2.439
Total do ativo circulante		<u>374.770</u>	<u>266.474</u>	Programa de incentivo de executivos	15	5.662	17.660
				Débitos diversos	16	<u>101.476</u>	<u>79.150</u>
				Total do passivo circulante		<u>315.577</u>	<u>234.141</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Ativo fiscal diferido	26	48.415	14.958	Provisão para remissão	13	841	1.448
Depósitos e bloqueios judiciais e fiscais		<u>11.710</u>	<u>6.542</u>	Provisão de eventos a liquidar para o SUS	13	18.669	9.239
		60.125	21.500	Tributos e contribuições a recolher	14	2.857	-
Investimentos em controladas	10	16.950	69.781	Passivo fiscal diferido		8.904	-
Imobilizado	11	237.165	132.421	Provisões para ações judiciais	17	60.981	15.502
Intangível	12	<u>142.260</u>	<u>50.471</u>	Empréstimos e financiamentos a pagar		2.138	2.533
Total do ativo circulante		456.500	274.173	Débitos diversos	16	<u>15.621</u>	<u>12.427</u>
				Total do passivo circulante		<u>110.011</u>	<u>41.149</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
				Capital social		343.792	159.552
				Cotas em tesouraria		(450)	(450)
				Reservas de lucros		<u>62.340</u>	<u>106.255</u>
						405.682	265.357
TOTAL DO ATIVO		<u>831.270</u>	<u>540.647</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>831.270</u>	<u>540.647</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
Contraprestações líquidas:	19		
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		1.570.225	1.253.962
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(33.621)	(17.878)
		<u>1.536.604</u>	<u>1.236.084</u>
Eventos indenizáveis líquidos			
Eventos conhecidos ou avisados	20	(1.145.957)	(863.441)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	20	(18.756)	(7.818)
		<u>(1.164.713)</u>	<u>(871.259)</u>
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	-0,757979	<u>371.891</u>	<u>364.825</u>
Receitas com assistência a saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	21	<u>70.671</u>	<u>60.856</u>
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde			
Outras despesas de operações com planos de assistência à saúde	22	(32.071)	(27.380)
Provisão para perdas sobre créditos		(21.102)	(12.476)
		<u>(53.173)</u>	<u>(39.856)</u>
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	23	(24.974)	(24.605)
Resultado bruto		<u>364.415</u>	<u>361.220</u>
Despesas de comercialização	24	(19.982)	(13.681)
Despesas administrativas	24	(426.361)	(258.144)
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		17.889	15.999
Despesas financeiras		(14.304)	(13.038)
	25	<u>3.585</u>	<u>2.961</u>
Resultado patrimonial			
Receitas patrimoniais		<u>26.391</u>	<u>13.926</u>
		26.391	13.926
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>(51.952)</u>	<u>106.282</u>
Correntes:			
Imposto de renda corrente	26	-	(24.246)
Contribuição social corrente	26	-	(8.952)
Diferidos:			
Imposto de renda diferido	26	24.221	4.185
Contribuição social diferido	26	8.720	1.506
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(19.012)</u>	<u>78.774</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(19.012)	78.774
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(19.012)</u>	<u>78.774</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Cotas em Tesouraria	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		129.552	(448)	57.602	-	186.706
Integralização de capital em espécie	18 (b)	30.000	-	-	-	30.000
Cotas em tesouraria	18 (a)	-	(2)	-	-	(2)
Resultado líquido do exercício:						
Originalmente apresentado		-	-	-	90.430	90.430
(-) Ajustes de reapresentação		-	-	-	(11.656)	(11.656)
(=) Lucro líquido do exercício ajustado		-	-	-	78.774	78.774
Juros sobre o capital próprio a pagar	18 (d)	-	-	-	(12.577)	(12.577)
Distribuição de lucros do exercício	18 (e)	-	-	-	(17.544)	(17.544)
Complemento da reserva de lucros		-	-	48.653	(48.653)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>159.552</u>	<u>(450)</u>	<u>106.255</u>	<u>-</u>	<u>265.357</u>
Integralização de capital em espécie	18 (b)	184.240	-	-	-	184.240
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	18 (e)	-	-	(10.513)	-	(10.513)
Juros sobre o capital próprio a pagar	18 (d)	-	-	(14.390)	-	(14.390)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(19.012)	(19.012)
Reversão da reserva de lucros		-	-	(19.012)	19.012	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>343.792</u>	<u>(450)</u>	<u>62.340</u>	<u>-</u>	<u>405.682</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de planos de saúde	1.713.302	1.327.286
Outros recebimentos operacionais	265.072	164.774
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(1.243.929)	(864.665)
Pagamentos de comissões	(18.769)	(11.554)
Pagamentos de pessoal	(245.636)	(113.430)
Pagamentos de serviços de terceiros	(123.298)	(120.079)
Pagamentos de tributos	(170.015)	(151.560)
Pagamentos de aluguel	(15.819)	(13.005)
Pagamentos de promoção/publicidade	(7.664)	(867)
Aplicações financeiras	(9.849)	(57.350)
Outros pagamentos operacionais	(179.794)	(125.740)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(36.399)</u>	<u>33.811</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado e intangível - outros	(36.947)	(89.490)
Dividendos recebidos	7.973	21.178
Aquisição de investimentos (participação em controladas e carteira de clientes)	(39.480)	(36.607)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(68.454)</u>	<u>(104.919)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(14.390)	(12.577)
Pagamento de amortização - financiamentos	(10.168)	(1.952)
Distribuição de lucros	(10.513)	(17.544)
Integralização de capital	<u>184.240</u>	<u>30.000</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	149.169	(2.073)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	<u>44.316</u>	<u>(73.181)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS		
Disponível e aplicação não vinculadas no fim do exercício	91.994	47.678
Disponível e aplicação não vinculadas no início do exercício	47.678	120.859
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	<u>44.316</u>	<u>(73.181)</u>
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
Depreciação e amortização	30.876	18.772
Equivalência patrimonial	(26.391)	(13.929)
Imposto de renda e ativos fiscais diferidos	(32.941)	(5.691)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Varição das aplicações vinculadas a provisões técnicas e aplicações livres	(9.845)	(57.353)
Varição de créditos das operações com planos de assistência à saúde	(19.711)	5.327
Varição dos bens e títulos a receber	(34.424)	(23.824)
Varição de depósitos judiciais e fiscais	(5.164)	(334)
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	42.954	(9.319)
Varição dos tributos e encargos a recolher	25.189	3.669
Varição do programa de incentivo de executivos	(11.998)	11.656
Varição dos débitos diversos	<u>24.068</u>	<u>26.063</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(36.399)</u>	<u>33.811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. ("Operadora"), sediada em Ribeirão Preto - SP, tem como objetivo a administração, assessoria, implantação e comercialização de sistemas e planos de saúde individuais, familiares e coletivos, por meios de execução próprios ou mediante contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolso de despesas médicas, odontológicas, hospitalares e ambulatoriais a seus beneficiários; o atendimento médico ambulatorial; e a organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação.

A Operadora atende às exigências da Lei n 9.656/98 e possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 30.209-1.

Em 7 de maio de 2019, os antigos acionistas da Operadora venderam suas participações para o Grupo Hapvida, por meio da empresa Ultra Som Serviços Médicos Ltda. Em 1º de novembro de 2019, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas em contrato, a Operadora passou a ser subsidiária do Grupo Hapvida.

2. REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

Com o intuito de simplificar a estrutura societária da Operadora e obter maior ganho na sinergia através de redução de custos operacionais por meio de compartilhamento de estruturas administrativas, foram aprovadas as seguintes incorporações das seguintes empresas da São Francisco Sistema de Saúde S/E Ltda.:

2.1 Assistência Médico Hospitalar São Lucas S.A. ("São Lucas Lins")

Em 17 de junho de 2019 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da São Lucas Lins na Operadora nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação, com conseqüente extinção da sociedade incorporada. Por se tratar de uma controlada integral, a incorporação não produziu qualquer alteração na posição patrimonial, no resultado ou composição societária da Operadora.

O acervo líquido incorporado apresentou a seguinte composição:

<u>Acervo da São Lucas Lins</u>	<u>30/06/2019</u>
Ativo	83.277
Passivo	64.428
Acervo líquido incorporado	18.849

2.2 Hospital Regional de Franca S.A. ("HRF")

Em 31 de julho de 2019 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação do Hospital Regional de Franca S.A. na Operadora nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação, com conseqüente extinção da sociedade incorporada. Por se tratar de uma controlada integral, a incorporação não produziu qualquer alteração na posição patrimonial, no resultado ou composição societária da Operadora.

O acervo apresentou a seguinte composição:

<u>Acervo do Hospital Regional de Franca</u>	<u>31/07/2019</u>
Ativo	45.758
Passivo	24.898
Acervo líquido incorporado	20.860

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E BASE DE PREPARAÇÃO

a) Base de elaboração

As presentes demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 322 de 28 de março de 2013, atualizado pela RN nº 435/2018, ambas da ANS.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Operadora em 30 de abril de 2020.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

A Administração optou por não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas da Operadora em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações consolidadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na Hapvida Participações e Investimentos S.A., na controladora final da Operadora.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

i) Estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas principalmente nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Provisão para perda sobre créditos. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável das contas a receber de clientes.

- Nota Explicativa nº 11 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período.
- Nota Explicativa nº 12 - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis, conseqüentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período.
- Nota Explicativa nº 13 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.
- Nota Explicativa nº 17 - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Operadora aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

A Operadora classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e ativos financeiros mantidos até o prazo de vencimento por meio do resultado e compreendem caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto e longo prazos, contas a receber e outros recebíveis.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

A Operadora reconhece os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos na data da negociação quando a Operadora se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Operadora desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos e não classificados em nenhuma das categorias anteriores. A Operadora pode negociar seus ativos financeiros antes do vencimento em caso de não estarem vinculados a ativos garantidores.

Disponível

São classificadas como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se, e somente se, existirem indicativos reais de que serão destinados a atender a compromissos de caixa de curto prazo. Usualmente, o fluxo de caixa da Operadora movimenta os recursos diários originados na própria operação, não sendo necessário efetuar resgate de aplicações financeiras, as quais acabam sendo mantidas e destinadas a outros propósitos, que não a liquidação de obrigações corriqueiras.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são designados como valor justo por meio do resultado se a Operadora gerenciar esses investimentos e tomar decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas são reconhecidas no resultado.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.

Investimentos mantidos até o vencimento são os que a Operadora possui a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado menos as perdas por redução ao valor recuperável, acrescidas dos juros obtidos, que influenciam o resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são avaliados para determinar a existência de evidência de perda na data de elaboração das demonstrações financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva de que o valor tenha diminuído como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, afetando os fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo.

A perda estimada sobre créditos segue os critérios da ANS. Na operadora São Francisco Sistema de Saúde S/E Ltda., para os planos individuais com preço preestabelecido, foram estimadas perdas para o saldo total dos contratos vencidos há mais de 60 dias e para os demais contratos e créditos da Operadora, foi constituída perda estimada referente ao saldo total dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial, desreconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a Operadora se torna parte da relação contratual do instrumento. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidas no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Operadora são classificados como contas a pagar e outras contas a pagar.

A Operadora desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são finalizadas, canceladas ou expiram.

b) Aplicações financeiras

A Operadora possui aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras são vinculadas a remuneração de renda fixa conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

c) Dispêndios/despesas de comercialização diferidos

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais diferidos, sendo a apropriação ao resultado realizada no período de 12 meses, de acordo com a RN nº 322 de 27 de março de 2013 e alterações posteriores da ANS.

d) Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais estão vinculados, em sua maior parte, a processos em discussão na esfera judicial, atualizados até 31 de dezembro de 2019. Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para causas judiciais, em razão do plano contábil da ANS RN nº 435/2018 não contemplar essa reclassificação.

e) Investimentos

Os investimentos mantidos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Operadora. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente, ajustados pelo reconhecimento da participação atribuído a Sociedade nas alterações dos ativos líquidos das investidas deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável.

Ágio

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio não reconhecidas no período subsequente.

Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment").

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Operadora. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Operadora e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Correspondem ao software e carteira de clientes de beneficiários de planos de assistência à saúde. O software é mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

As carteiras de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, deduzidas da amortização correspondente. A Operadora estima a vida econômica das carteiras de clientes em dez anos com base na expectativa de obtenção de fluxos positivos e benefícios econômicos do ativo.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para as respectivas unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação, quando aplicável.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização do ativo intangível é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é, geralmente, reconhecida no resultado.

h) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo montante do pagamento esperado caso a Operadora tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: a Operadora tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; for provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

i) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos e a avaliação da Administração sobre a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas quando relevantes, os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.

ii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA

Conforme a resolução normativa 393/2015 e suas alterações, a PEONA deve ser estimada atuarialmente para fazer frente aos pagamentos de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora de planos de assistência à saúde. O cálculo é com base em triângulos de "run-off" mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

Provisão de eventos a liquidar

Com base na resolução normativa 393/15 da ANS e suas alterações é adotado como prática pela Operadora o registro contábil das provisões de eventos a liquidar pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

São reconhecidos pelo valor justo, o que na prática, corresponde ao valor das contas médico-hospitalares.

Provisão de eventos a liquidar para o SUS

A provisão de eventos a liquidar para o Sistema Único de Saúde - SUS é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando obrigação legal de restituir as despesas em eventual atendimento de seus beneficiários.

Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG

A provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), regulamentada pela RN 393/2015 da ANS e suas alterações, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PPCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativo ao período de cobertura do plano.

j) Receita operacional

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde. Essas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com contraprestações são apropriadas considerando-se o período de cobertura do risco, pro rata dia, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de rendimentos de aplicações, atualizações financeiras efetivamente recebidas sobre títulos liquidados em atrasos pelos clientes e outras atualizações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas bancárias e descontos concedidos ao cliente em negociações eventuais para recebimentos de títulos em atraso.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anual para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

m) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis/CPC, mas não foram aprovadas pela ANS e/ou não estão em vigor para o exercício de 2019 e de 2018. A Operadora não adotou essas novas normas e interpretações nessas demonstrações financeiras e avaliará os impactos de suas adoções somente se a ANS aprovar as suas aplicações para as entidades reguladas. São elas:

CPC 47 - Receita de contratos de clientes

Essa nova norma identifica os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu o CPC 17 ("Contratos de Construção"), CPC 30 ("Receitas") e correspondentes interpretações.

CPC 48 - Instrumentos financeiros

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 substituindo o CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O CPC 48 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Apresenta, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O CPC 48 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a Administração de fato usa para fins de gestão do risco.

CPC 06 (R2) - "Leases" (Arrendamentos)

Essa norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- a) Arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório).
- b) Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo: uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a o CPC 06 (R1), todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com o CPC 06 (R2) seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

CPC 50 - Contratos de Seguros

Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da nova norma é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Operadora.

ICPC 22 - Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda

Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração quando existir incerteza sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

Resolução Normativa (RN) nº 435/2018

Esta Resolução altera o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, revogando a RN anterior, de nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, destacando que, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, as operadoras de grande porte deverão informar em notas explicativas a realização do Teste de Adequação de Passivo (TAP), de acordo com as regras e parâmetros definidos nesta norma, incluindo: a) todas as bases técnicas utilizadas para as estimativas correntes dos fluxos de caixa, além daquelas estabelecidas nesta norma, bem como os agrupamentos de contratos similares adotados, observado o mínimo exigido; b) as estimativas correntes de fluxo de caixa de cada agrupamento de contratos similares que apresentarem resultado negativo.

Resolução Normativa (RN) nº 442/2018

Esta Resolução altera a RN nº 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas a ser observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, principalmente pela constituição de Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS e pela constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestações/Prêmio (PIC).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Resumo da classificação das aplicações financeiras

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Vinculadas às provisões técnicas:		
Fundo de investimento dedicado ao setor de saúde suplementar - ANS RF (i)	126.610	116.765
Não vinculadas às provisões técnicas:		
Certificado de depósito bancário - CDB (ii)	45.212	3.540
Operações compromissadas	349	15.472
Cotas de fundos de investimentos (iii)	<u>45.095</u>	<u>25.168</u>
Outros	<u>17</u>	<u>-</u>
Total	<u>217.283</u>	<u>160.945</u>

- (i) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas nos termos da Resolução Normativa ANS nº 392/15. A vinculação foi realizada em fundos de investimento dedicado à saúde suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras remunerados à taxa média ponderada de 98,8% em 31 de dezembro de 2019 (98,5% em 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A variação corresponde à transferência de saldo das aplicações não vinculadas para atendimento às exigências da ANS (lastro e vinculação).
- (ii) As aplicações não vinculadas às provisões técnicas estão representadas por aplicações financeiras em Operações compromissadas, CDBs e Fundos de Investimentos, mantidas com atualização média entre 65% e 101,2% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2019 e entre 65% e 103% do CDI em 31/12/2018, mantidas em instituições bancárias as quais a Administração entende ser de primeira linha, de acordo com o rating divulgado pelas agências de risco, apresentam liquidez imediata e insignificante risco de valor, sendo portanto classificadas como equivalentes de caixa.
- (iii) Em 2018 foi necessária a readequação dos investimentos para o atendimento das provisões técnicas da ANS. Em abril de 2018, foi sacado R\$52.000 de fundo de investimento não vinculado da Operadora e aplicado em fundo de investimento vinculado. Ocorreu uma diminuição da aplicação na controladora devido ao investimento em novas unidades e também devido a aquisição da controlada Assistência Médico São Lucas.

Movimentação das aplicações financeiras

	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	179.557
(+) Aplicações	1.091.093
(-) Resgates(e)	(1.188.557)
(+) Rendimentos	78.852
Saldo em 31/12/2018	160.945
(+) Aplicações	796.303
(-) Resgates(e)	(748.484)
(+) Rendimentos	8.519
Saldo em 31/12/2019	217.283

6. CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS A RECEBER

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde da Operadora, conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contraprestação pecuniária a receber	144.968	109.534
(-) Provisão para perdas sobre créditos	<u>(77.667)</u>	<u>(55.730)</u>
Total	<u>67.301</u>	<u>53.804</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	37.696	29.964
Vencidos:		
Até 30 dias	23.705	19.601
De 31 a 90 dias	14.538	10.415
Acima de 90 dias	<u>69.029</u>	<u>49.544</u>
Total	<u>144.968</u>	<u>109.534</u>

A movimentação da provisão para perda no valor recuperável é demonstrada abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos no início do exercício	(55.730)	(46.387)
Constituições líquidas	(22.327)	(10.924)
Reversões e baixas, líquidas	390	1.581
Saldos no final do exercício	<u>(77.667)</u>	<u>(55.730)</u>

7. OUTROS CRÉDITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços médico-hospitalares (a)	27.100	15.229
Serviços médico-hospitalares a faturar (b)	1.548	1.341
(-) Provisão para perdas sobre créditos	<u>(12.896)</u>	<u>(7.032)</u>
Total	<u>15.752</u>	<u>9.538</u>

(a) Refere-se a serviços médico-hospitalares prestados pela Operadora aos beneficiários dos planos de saúde.

(b) Refere-se a receitas provenientes da internação de pacientes no fim do exercício que, por não terem tido alta ou não terem completado 30 dias de internação, não tiveram sua fatura emitida dentro desse período.

O saldo das contas a receber está distribuído por vencimento, conforme a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	10.140	5.719
Vencidos:		
Até 30 dias	3.276	1.642
De 31 a 60 dias	1.825	820
De 61 a 90 dias	1.712	607
Há mais de 90 dias	<u>11.695</u>	<u>7.782</u>
Total	<u>28.648</u>	<u>16.570</u>

Movimentação da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.926)
Constituição de provisão para perdas sobre créditos de liquidação duvidosa	(2.812)
Reversão/baixas	<u>706</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(7.032)
Constituição de provisão para perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa	(7.264)
Reversão/baixas	<u>1.400</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(12.896)</u>

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Créditos tributários</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.407	75
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.214	230
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	13.765	1.795
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.338	266
PIS e COFINS (a)	11.367	10.445
Retenções sociais	605	58
Despacho decisório	367	367
(-) Provisão para perdas com créditos	<u>(25)</u>	<u>(25)</u>
Total	<u>34.038</u>	<u>13.211</u>

- a) Trata-se de crédito de PIS e COFINS do período de outubro de 2016 a dezembro de 2017, visando deduzir das indenizações correspondentes aos eventos ocorridos na rede própria (Hospital São Francisco), nos termos do § 9, art. 3, Lei 9.718/98, apurado pela Operadora. O pedido de restituição foi realizado em dezembro de 2018 com expectativa de recebimento no próximo ano.

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Estoque de materiais de medicamentos (a)	21.957	9.948
Estoque de almoxarifado (a)	5.221	2.814
Cheques devolvidos e pré-datados	2.000	2.184
Centro de Serviços Compartilhados	684	652
Adiantamentos a funcionários	939	593
Adiantamentos a prestadores (b)	9.959	10.661
Despesas antecipadas	471	186
Outros	70	32
Provisão para obsolescência nos estoques	(298)	(298)
Provisão para perdas sobre créditos	<u>(1.928)</u>	<u>(1.294)</u>
Total	<u>39.075</u>	<u>25.478</u>

- (a) O estoque da Operadora é composto por materiais e medicamentos. Esses materiais e medicamentos ficam armazenados nos seguintes depósitos: farmácia do centro cirúrgico, farmácia de oncologia, farmácia do Centro de Tratamento Intensivo - CTI, farmácia do Hospital-Dia, almoxarifado central localizado dentro do Hospital, laboratório central, Hospital Neto Campello e Hospitais em Lins e Bauru.
- (b) Os adiantamentos são feitos às casas de saúde e hospitais, que cedem parte de seu espaço para a atuação da Operadora. O aumento é decorrente de mais atendimentos e consultas, tendo em vista o aumento do número de vidas e o crescimento operacional da Operadora.

10. INVESTIMENTOS

<u>Participação total no capital social - %</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Participação em controladas pelo valor patrimonial	16.295	15.163
Mais-valia sobre participação de controladas, líquida	-	15.241
Ágio gerado na combinação de negócios	<u>655</u>	<u>39.377</u>
Total de investimentos	<u>16.950</u>	<u>69.781</u>

	<u>GSF Administração de Bens Próprios Ltda.</u>	<u>Laboratório Regional Ltda.</u>	<u>Laboratório Regional I</u>	<u>Laboratório Regional II</u>	<u>Hospital São Francisco Ltda.</u>	<u>Assistência Médica Hospital São Lucas S.A.</u>	<u>Total</u>
Participação total no capital social - %	100,00%	100,00%	1,00%	1,00%	100,00%	100,00%	-
Capital social	9.336	100	150	1.000	2.400	17.500	-
Quantidade de cotas detidas - mil	9.336	100	2	10	2.400	17.500	-
Patrimônio líquido	11.734	2.285	560	2.249	2.247	2.498	-
Lucro líquido do exercício/período	7.973	72	1.232	844	258	1.273	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.735	-	-	-	-	-	17.735
Aquisição de participação por meio de compra de participação (i)	-	-	-	-	3.000	56.295	59.295
Resultado da equivalência patrimonial	13.108	-	-	-	-	821	13.929
Dividendos recebidos	(21.178)	-	-	-	-	-	(21.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.665	-	-	-	3.000	57.116	69.781
Incorporação São Lucas Lins (i)	-	-	-	-	-	(18.849)	(18.849)
Transferência do ágio para intangível	-	-	-	-	-	(38.722)	(38.722)
Incorporação Laboratório Regional, I e II	-	1.723	4	4	-	-	1.731
Aquisição de participação por meio de compra de participação	-	14	2	10	-	-	26
Dividendos recebidos	(5.900)	-	-	-	-	-	(5.900)
Outros	-	-	-	-	(1.011)	-	(1.011)
Resultado de equivalência patrimonial	7.970	548	-	8	258	1.110	9.894
Total em 31 de dezembro de 2019	11.735	2.285	6	22	2.247	655	16.950

(i) Assistência Médico Hospitalar São Lucas ("São Lucas Lins")

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 1º de outubro de 2018, a Operadora adquiriu 100% das ações da São Lucas Lins. O valor da aquisição foi de R\$56.295.

O valor pago corresponde à mais-valia dos ativos tangíveis (imobilizado) e carteira de clientes no montante de R\$15.692. Estes valores foram avaliados seguindo o que determina o pronunciamento contábil relacionado.

Ágio gerado na combinação de negócios e mais-valia gerada na aquisição

A Administração da Operadora contratou especialistas para a mensuração de ativos e passivos dessa controlada a valor justo, apurando um ágio, fundamentado em rentabilidade futura, no montante de R\$39.377, conforme demonstrado a seguir:

<u>Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos</u>	<u>Valores contábeis</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo circulante	23.819	-	23.819
Ativo não circulante:			
Imobilizado	18.883	3.403	22.286
Intangível	49	12.289	12.338
Outros ativos	3.685	-	3.685
Passivo circulante	(33.012)	-	(33.012)
Passivo não circulante	(12.197)	-	(12.197)
Valor total dos ativos, líquidos da investida	<u>1.227</u>	<u>15.692</u>	<u>16.919</u>
% da participação societária adquirida			100%
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos			15.692
Ativos líquidos adquiridos			1.227
Valor pago			<u>56.296</u>
Ágio ("goodwill") apurado na aquisição			<u>39.377</u>

Também conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 17 de junho de 2019, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da São Lucas Lins. Referente ao ágio, no montante original de R\$39.377, ficou pendente a incorporação de R\$655.

11. IMOBILIZADO

	<u>Taxa média anual de depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido 31/12/2019</u>	<u>Líquido 31/12/2018</u>
Veículos	20%	1.168	(845)	323	362
Equipamentos de informática	20%	27.557	(15.018)	12.539	9.305
Máquinas e equipamentos	10%	63.375	(27.093)	36.282	19.623
Móveis e utensílios	10%	14.011	(8.095)	5.916	4.044
Instalações	10%	2.805	(1.235)	1.570	1.545
Terrenos	-	14.641	-	14.641	4.654
Edificações	4%	54.077	(11.740)	42.337	25.144
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	83.513	(25.005)	58.508	21.306
Imobilizado em andamento	-	65.049	-	65.049	46.438
Total		<u>324.384</u>	<u>(89.031)</u>	<u>237.165</u>	<u>132.421</u>

A seguir, demonstramos a movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Custo incorporado (b)</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Depreciação incorporada (b)</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2019</u>
Veículos	362	279	-	(51)	(198)	(72)	3	323
Equipamentos de informática	9.305	2.832	6.060	(119)	(2.483)	(3.290)	234	12.539
Máquinas e equipamentos	19.623	20.491	9.796	(45)	(4.626)	(9.822)	865	36.282
Móveis e utensílios	4.044	4.311	1.329	(2)	(2.813)	(1.127)	174	5.916
Instalações	1.545	337	-	(81)	(153)	(79)	1	1.570
Terrenos	4.654	6.252	-	-	-	-	3.735	14.641
Edificações	25.144	24.054	-	(2)	(1.581)	(8.837)	3.559	42.337
Benfeitorias em imóveis de terceiros	21.306	1.045	37.047	(906)	(3.234)	(6.162)	9.412	58.508
Imobilizado em andamento (a)	<u>46.438</u>	<u>24.814</u>	<u>11.786</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.983)</u>	<u>65.049</u>
				(1.212)				
Total	<u>132.421</u>	<u>84.415</u>	<u>66.018</u>	<u>(15.088)</u>	<u>(29.389)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>237.165</u>

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas líquidas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2018</u>
Veículos	270	246	(64)	(90)	-	362
Equipamentos de informática	4.988	6.345	(14)	(2.014)	-	9.305
Máquinas e equipamentos	10.347	11.092	(40)	(1.776)	-	19.623
Móveis e utensílios	2.896	1.636	(3)	(485)	-	4.044
Instalações	1.686	77	-	(218)	-	1.545
Terrenos	1.855	3.044	(245)	-	-	4.654
Edificações	26.181	19	-	(1.056)	-	25.144
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13.874	184	-	(5.348)	12.596	21.306
Imobilizado em andamento (a)	<u>5.278</u>	<u>53.756</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.596)</u>	<u>46.438</u>
Total	<u>67.375</u>	<u>76.399</u>	<u>(366)</u>	<u>(10.987)</u>	<u>-</u>	<u>132.421</u>

(a) Os saldos de imobilizado em andamento referem-se substancialmente a investimentos realizados na expansão da rede de atendimento, aumento do número de prontos atendimentos, clínicas especializadas e prédios administrativos para melhorar e expandir as instalações físicas no atendimento dos conveniados da Operadora. Em 2019, foram finalizadas as obras no estado do Paraná, Piracicaba e os prontos atendimentos de Leme, São Carlos, Capivari, Rio Verde, Chapadão do Céu, Assis, Candido Mota e Chapadão do Sul.

(b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, no ano de 2019, a Operadora incorporou as sociedades São Lucas Lins e Hospital Regional de Franca.

12. INTANGÍVEL

A seguir, demonstramos a movimentação do intangível do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<u>Taxa anual de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido 31/12/2019</u>	<u>Líquido 31/12/2018</u>
Marcas e patentes	-	28	-	28	4
Softwares	20,00%	27.399	(9.753)	17.646	11.927
Aquisição de carteira (a)	10,00%	79.795	(28.105)	51.690	38.540
Ágio (b)	-	49.421	-	49.421	-
Mais-valias (c)	8,00%	25.612	(2.137)	23.475	-
Outros	-	2.605	(2.605)	-	-
Total		<u>187.327</u>	<u>(42.600)</u>	<u>142.260</u>	<u>50.471</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2019</u>
Marcas e patentes	4	234	-	-	28
Softwares	11.927	10.817	(4.684)	(414)	17.646
Aquisição de carteira (a)	38.540	20.753	(7.603)	-	51.690
Ágio (b)	-	49.421	-	-	49.421
Mais-valias (c)	-	25.612	(2.137)	-	23.475
Outros	-	2.605	(2.605)	-	-
Total	50.471	109.231	(17.029)	(414)	142.260

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2018</u>
Marcas e patentes	4	-	-	-	4
Softwares	7.612	5.888	(1.573)	-	11.927
Aquisição de carteiras	44.424	-	(5.884)	-	38.540
Total	52.040	45.462	(7.457)	-	50.471

- (a) Em 2019, a Operadora adquiriu novas carteiras de clientes, no valor de R\$20.753, o que representou um acréscimo de 22.483 novas vidas, conforme abaixo:

<u>Origem</u>	<u>Data de aquisição</u>	<u>Número de vidas</u>
Irmandade Santa Casa de Misericórdia São José Rio Preto	01/01/2019	18.243
Associação Pró-Saúde Araras	01/09/2019	4.240

- (b) Trata-se de ágios transferidos à rubrica de intangível em decorrência das incorporações das empresas realizadas em 2019, conforme notas explicativas nº 2 e 10, sendo R\$39.058 correspondente a São Lucas Lins e R\$10.364 correspondente ao Hospital Regional de Franca.
- (c) Refere-se à mais-valia apurada sobre a carteira de clientes da São Lucas Lins, transferidas à rubrica de intangível em decorrência da incorporação da Empresa conforme nota explicativa nº 2.

A Administração da Operadora estimou a vida útil-econômica das carteiras de clientes em dez anos com base na expectativa de obtenção de fluxos positivos e benefícios econômicos do ativo.

A Operadora monitora o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável destes. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Administração da Operadora não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a) Composição

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão de Prêmios e Contraprestação Não Ganha - PPCNG (a)	27.499	5.155
Provisão de eventos a liquidar SUS (b)	54.332	27.113
Provisão para eventos a liquidar para outros prestadores (c)	22.816	41.773
Provisão para remissão	1.365	2.353
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (d)	<u>66.331</u>	<u>44.152</u>
Total	<u>172.343</u>	<u>120.566</u>

- (a) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor cobrado pelas operadoras para cobertura de risco contratual proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do período de cobertura mensal para apropriação como receita somente no período subsequente, quando a vigência for efetivamente incorrida.
- (b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos e avisados à Operadora, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Operadora, sendo posteriormente ajustado por glosas e descontos após análise dos colaboradores da Operadora (médicos auditores).
- (c) A Operadora registra nessa conta eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS de acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 5 da ANS, de 30 de setembro de 2011, e alterações posteriores.
- (d) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido informados à Operadora antes do encerramento do período, a qual foi constituída com base em metodologia atuarial. Os cálculos foram obtidos com base em triângulos de run-off que consideram o desenvolvimento histórico dos eventos pagos nos últimos 12 meses para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

As provisões técnicas representam o cálculo dos riscos esperados inerentes às operações de assistência à saúde estabelecidas pela RN ANS nº 209/09 e alterações posteriores, descritas a seguir:

- Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência: para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, a operadora de planos de saúde deve manter o patrimônio líquido ajustado para fins econômicos, conforme estabelecido na RN ANS nº 209/09 e alterações posteriores. O patrimônio líquido ajustado é calculado como o patrimônio líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a Operadora determina o patrimônio líquido ajustado e avalia a suficiência da margem de solvência, de acordo com a Instrução Normativa ANS nº 373/15 e alterações posteriores.
- A Operadora não atingiu a suficiência desse requisito, conforme apresentada na tabela comparativa a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)	219.926	161.135
Margem de Solvência exigida (MS)	<u>240.022</u>	<u>174.107</u>
Insuficiência apurada	<u>(20.096)</u>	<u>(12.972)</u>

As estimativas relacionadas a mensuração de provisão para ações judiciais foram revisadas pela Administração da Operadora afetando a margem de solvência em dezembro de 2019. Entretanto, em período subsequente, com os resultados operacionais alcançados no primeiro trimestre de 2020, a margem encontra-se suficiente e com sobra.

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda pessoa jurídica e CSLL	24.442	2.832
ISS	2.447	5.090
INSS	6.661	4.529
FGTS	1.262	1.040
PIS e COFINS	8.192	3.434
Outros	5.640	4.713
Total	<u>48.644</u>	<u>20.598</u>
Circulante	45.787	20.598
Não circulante	<u>2.857</u>	-
	<u>48.644</u>	<u>20.598</u>

15. PROGRAMA DE INCENTIVO DE EXECUTIVOS

A Operadora aprovou, em 5 de março de 2018, por meio de reunião do Conselho de Administração, um programa de incentivo de longo prazo, oferecido aos seus principais executivos. O referido programa tem por objetivo estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Operadora, além de obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviços, bem como incentivar a permanência desses executivos na Operadora.

O referido programa prevê a premiação em dinheiro dos seus beneficiários com base na valorização de "ações virtuais" ("phantom shares") da Operadora, correspondendo apenas a um critério de referência. O programa não conferirá aos beneficiários a condição de acionista, bem como não outorgará aos beneficiários quaisquer direitos à aquisição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários da Operadora. Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo está sendo considerado como um passivo financeiro com a sua contrapartida no resultado do exercício.

A quantidade de ações virtuais destinadas a cada beneficiário é determinada com base em um contrato de adesão ao programa de incentivo de longo prazo para com cada executivo datados de 7 de março de 2018. Existe prazo de carência, representando 20% do total das ações virtuais outorgadas a cada beneficiário a cada ano. No entanto, o encerramento do prazo de carência não implica, automaticamente, no direito de exercer as ações virtuais, estando sempre o direito de exercer condicionado a data do evento de liquidez (oferta pública inicial, transferência de controle ou desinvestimento). Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo está sendo reconhecida, integralmente, em 2018, sem considerar o prazo de carência de 5 anos, considerando as estimativas e julgamentos necessários para a sua quantificação. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para incentivo de longo prazo monta R\$5.662 (R\$17.660 em 2018) e está apresentado no passivo circulante.

A seguir estão apresentadas as principais premissas adotadas para a quantificação da provisão em 31 de dezembro de 2019: i) projeção dos resultados futuros das operações da Operadora; ii) expectativa se os executivos permanecerão na Operadora; iii) estimativa da data de ocorrência do evento de liquidez; e iv) taxa de desconto.

16. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Obrigações com pessoal	38.837	21.549
Fornecedores	38.139	40.745
Adiantamento a clientes	9.010	6.031
Aquisição de carteira de clientes	15.291	13.082
Multa ANS	1.656	1.599
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.347	-
Outras contas a pagar	<u>12.817</u>	<u>11.426</u>
Total	<u>117.097</u>	<u>91.577</u>
Circulante	101.476	79.150
Não circulante	<u>15.621</u>	<u>12.427</u>
	<u>117.097</u>	<u>91.577</u>

17. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A Operadora provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões para ações tributárias	28.185	4.764
Provisões para ações cíveis	21.349	8.331
Provisões para ações trabalhistas	<u>11.447</u>	<u>2.407</u>
Total	<u>60.981</u>	<u>15.502</u>

Detalhamos abaixo a movimentação ocorrida em provisão para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.307
Adições e reversões líquidas	<u>6.195</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.502
Adições e reversões líquidas	48.788
Baixas	<u>(3.309)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>60.981</u>

Riscos com prognóstico de perda provável:

Seguem descritos, abaixo, os principais temas que compõem os processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável pela Operadora:

- i) Provisões para processos judiciais e administrativos de natureza cível
- Tema: Carência Contratual - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter a cobertura assistencial do seu plano de saúde sem o devido cumprimento dos períodos de carência. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos prazos de carência previstos em lei e/ou contrato. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$1.266.
 - Tema: Exclusão Legal e/ou Contratual de Cobertura - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter cobertura para serviços não abrangidos por lei e/ou contrato, podendo citar como exemplos: procedimentos estéticos, experimentais, não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS ou em desacordo com suas Diretrizes de Utilização - DUT, Home Care, inseminação artificial, atendimentos fora da área de abrangência geográfica, etc. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos limites assistenciais impostos por lei e/ou contrato. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$4.105.
 - Tema: Ações Indenizatórias - Atos Médicos - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter reparação de danos sofridos por condutas médicas supostamente inadequadas. Em tais processos, os autores das ações buscam imputar à Operadora e/ou suas controladas a responsabilidade solidária pelo ato médico praticado por seus profissionais credenciados. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$8.563.
 - Tema: Dívidas com Prestadores em Geral - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por prestadores de serviços em geral que buscam obter o pagamento de valores supostamente devidos pela Operadora e/ou suas controladas com fundamentos diversos, podendo citar como exemplos: glosas de contas hospitalares, rescisões contratuais, etc. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$2.772.
 - Os valores de provisão relacionados aos processos, judiciais e administrativos, de natureza cível não abrangidos pelos temas acima apresentados encontram-se pulverizados em grupos de demandas menos representativos, constituindo uma parcela de menor relevância da provisão ora apresentada.
- ii) Provisões para processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista
- Tema: Reconhecimento de Vínculo Empregatício - A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual, por prestadores de serviço, que buscam obter o reconhecimento de um suposto vínculo empregatício mantido com a Operadora, mesmo sem a presença dos pressupostos típicos de uma relação de emprego. Neste cenário, podemos citar como exemplo: médicos, técnicos em radiologia, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, etc. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$5.673.

- Tema: Verbas Trabalhistas e Rescisórias - A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual ou coletivo, por ex-empregados ou empregados, que buscam o recebimento de verbas trabalhistas e rescisórias concernentes ao período em que laboraram em favor da Operadora e/ou suas controladas, abrangendo: horas extras, adicionais de insalubridade e noturno, equiparação salarial, desvio e acúmulo de função, multas dos artigos 467 e 477 da CLT etc. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$4.670.

iii) Provisões para processos judiciais e administrativos de natureza tributária

- Tema: Multas Administrativas ANS / Ressarcimento ao SUS (aspectos regulatórios) - A contingência ora tratada advém de processos administrativos e execuções fiscais movidos pela ANS, em que são cobradas multas administrativas oriundas de supostas infrações às normas reguladoras da atividade das operadoras de planos de saúde, bem como valores relativos a ressarcimento ao SUS, decorrentes de atendimentos de beneficiários da Operadora na rede pública, com fundamento no art. 32 da Lei nº 9.656/98. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$264, de modo a suportar perdas prováveis oriundas de processos judiciais, bem como o valor de R\$6.624 de modo a suportar perdas prováveis oriundas de demandas administrativas.
- Tema: Vínculo Empregatício - A contingência ora tratada advém da possibilidade de caracterização de vínculo empregatício de alguns funcionários da Operadora que operam como pessoas jurídicas. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$15.790.
- Tema: Tributos Federais - A contingência ora tratada advém, em sua maior parte, de Manifestações de Inconformidade apresentadas pela Operadora perante a Receita Federal, quanto a créditos tributários supostamente devidos em razão de DCOMPs não homologadas, bem como, ainda, de outras exigências decorrentes de alegadas irregularidades ou ausência de recolhimentos de tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$682.

Riscos com prognóstico de perda possível

A Operadora discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

As principais causas são:

(i) Passivo contingente para processos judiciais e administrativos de natureza cível

- Tema: Carência Contratual - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentou um passivo contingente de R\$618, atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.
- Tema: Exclusão Legal e/ou Contratual de Cobertura - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentou um passivo contingente de R\$5.134, atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.
- Tema: Ações Indenizatórias - Atos Médicos - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentou um passivo contingente de R\$49.247, atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

- Tema: Dívidas com Prestadores em Geral - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentou um passivo contingente de R\$5.277, atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.
- (ii) Passivo Contingente para processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista
- Tema: Reconhecimento de Vínculo Empregatício - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentou um passivo contingente de R\$10.231 atinente aos processos de natureza trabalhista, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.
 - Tema: Verbas Trabalhistas e Rescisórias - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentou um passivo contingente de R\$2.031, atinente aos processos de natureza trabalhista, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.
- (iii) Passivo Contingente para processos judiciais e administrativos de natureza tributária
- Tema: Multas Administrativas ANS / Ressarcimento ao SUS - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentou um passivo contingente de R\$12.555, atinente aos processos judiciais de natureza regulatória, e R\$4.367, atinente aos processos administrativos de natureza regulatória, todos classificados com risco de perda possível.
 - Tema: Imposto Sobre Serviços (ISS) - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentou um passivo contingente de R\$15.224, atinente aos processos de natureza tributária, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.
 - Tema: Tributos Federais - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentou um passivo contingente de R\$10.425, atinente aos processos de natureza tributária, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Operadora é composto por 343.792 cotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma, totalizando o montante de R\$343.792 (159.552 cotas em 2018 no valor nominal de R\$1,00 cada uma, totalizando o montante de R\$159.552), totalmente subscrito e integralizado.

b) Aumento de capital

Em 8 de março de 2019, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os sócios aprovaram o aumento de capital da Operadora em R\$71.000, mediante a emissão de 71.000 novas cotas, no valor unitário de R\$1,00.

Em 1º de novembro de 2019, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os sócios aprovaram o aumento de capital da Operadora em R\$113.240 mediante a emissão de 113.240 novas cotas, no valor unitário de R\$1,00.

Em 21 de setembro de 2018 e 17 de dezembro de 2018, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os sócios aprovaram o aumento de capital da Operadora em R\$30.000, mediante a emissão de 10.000 novas cotas, e 20.000 novas cotas, no valor unitário de R\$1,00. Os sócios decidiram manter em tesouraria o correspondente à 450 cotas.

c) Reserva de lucros

Registra a retenção acumulada de lucros para futura utilização, conforme decisão dos cotistas.

Em 31 de dezembro de 2019, a reserva de lucros absorveu o montante de R\$19.012 referente ao prejuízo do exercício corrente.

d) Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, para o exercício findo em

31 de dezembro de 2019, a Operadora calculou juros sobre capital próprio com base na TJLP vigente no exercício, no montante de R\$14.390 (R\$12.577 em 2018), o qual já foi distribuído no exercício.

e) Distribuição de lucros

Em 31 de dezembro de 2019 a Operadora distribuiu o montante de R\$10.513 referente a lucros de exercícios anteriores (R\$17.544 em 2018).

19. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prestação de serviços de assistência médica - pessoas físicas	459.451	354.393
Prestação de serviços de assistência médica - pessoas jurídicas	1.164.936	957.285
Outras deduções das receitas	(54.162)	(57.716)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	<u>(33.621)</u>	<u>(17.021)</u>
	<u>1.536.604</u>	<u>1.236.941</u>

O aumento de 24% no faturamento da Operadora está atrelado ao aumento no número de vidas durante o exercício, devido à aquisição de carteiras, conforme mencionado na nota explicativa nº 12, e aliado ao reajuste anual dos planos. O aumento também ocorre devido a incorporação das operadoras São Lucas Lins, em junho de 2019, e Hospital Regional de Franca, em julho de 2019. Em dezembro de 2018, a Operadora possuía 698.199 vidas, e em dezembro de 2019, passou a ter 861.238 vidas.

20. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Eventos conhecidos - Coletivo	(1.264.095)	(935.522)
(-) Recuperação por coparticipação	118.138	72.081
Subtotal	<u>(1.145.956)</u>	<u>(863.441)</u>
Varição da PEONA	<u>(18.756)</u>	<u>(7.818)</u>
	<u>(1.164.713)</u>	<u>(871.259)</u>

21. RECEITAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Diárias	3.438	1.025
Próteses	4.520	4.628
P.E.C	5.555	5.889
Medicamentos e Materiais	15.536	12.540
Taxas	2.999	7.230
Receitas de P.S	9.059	4.851
Honorários médicos	11.937	5.814
Receita Laboratório	3.949	3.333
Aplicações de vacinas	1.059	791
Receitas de serviços ocupacionais	4.601	3.971
Outras receitas	8.018	10.784
	<u>70.671</u>	<u>60.856</u>

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas com remoção	(6.197)	(16.888)
Serviços terceirizados	(6.772)	(1.711)
Honorários médicos	(17.669)	(7.498)
Outras despesas	(1.433)	(1.283)
	<u>(32.071)</u>	<u>(27.380)</u>

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Materiais e medicamentos	(19.657)	(20.010)
Despesas com programas de saúde	(1.447)	(1.526)
Outras despesas	(3.870)	(3.069)
	<u>(24.974)</u>	<u>(24.605)</u>

24. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO E ADMINISTRATIVAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesa com pessoal próprio	(132.905)	(110.869)
Despesa com serviços de terceiros	(73.116)	(48.244)
Despesa com localização e funcionamento	(43.910)	(57.851)
Despesa com publicidade e propaganda	(9.358)	(7.882)
Despesa com incentivo de executivos	(95.581)	(17.660)
Despesas judiciais	(52.602)	(10.736)
Despesas com comercialização	(19.982)	(13.681)
Despesas diversas	(18.889)	(15.705)
	<u>(446.343)</u>	<u>(271.825)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações	9.759	11.170
Receita de juros por recebimento em atraso	6.160	3.941
Atualização monetária de créditos tributários	350	-
Outras	<u>1.620</u>	<u>888</u>
	<u>17.889</u>	<u>15.999</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Descontos concedidos	(5.808)	(8.115)
Atualização monetária	(1.689)	(746)
Juros sobre empréstimos	(2.011)	(1.654)
Outros	<u>(4.796)</u>	<u>(2.523)</u>
	<u>(14.304)</u>	<u>(13.038)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>3.585</u></u>	<u><u>2.961</u></u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

- a) Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sobre diferenças temporárias

Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões para riscos (tributários, cíveis e trabalhistas)	60.354	14.875
Provisão para programa de incentivo de executivos (nota 15)	5.662	17.660
Provisão para perdas sobre créditos	14.151	5.383
Provisão obsolescência dos estoques	298	298
Prejuízo fiscal	61.933	-
Taxa de saúde suplementar	-	5.779
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Ativo fiscal diferido	<u><u>48.415</u></u>	<u><u>14.958</u></u>

- b) A despesa com tributos incidentes sobre o resultado do exercício é demonstrado como segue:

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>IR</u>	<u>CS</u>	<u>IR</u>	<u>CS</u>
Resultado do exercício antes dos tributos	(51.952)	(51.952)	106.282	106.282
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Créditos (tributos) às alíquotas nominais	<u>12.988</u>	<u>4.676</u>	<u>(26.571)</u>	<u>(9.565)</u>
Equivalência patrimonial	20.623	7.425	3.481	1.253
Juros sobre capital próprio	3.598	1.295	3.144	1.132
Diferenças permanentes	-	-	<u>(115)</u>	<u>(266)</u>
Total de despesas com impostos sobre o lucro	<u><u>24.221</u></u>	<u><u>8.720</u></u>	<u><u>(20.061)</u></u>	<u><u>(7.446)</u></u>

	31/12/2019		31/12/2018	
	IR	CS	IR	CS
Correntes	-	-	(24.246)	(8.952)
Diferidos	24.221	8.720	4.185	1.506
Total de despesas com impostos sobre o lucro	24.221	8.720	(20.061)	(7.446)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Operadora e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, tem operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração e de sua controlada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Aplicações financeiras: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 5.
- Contraprestação pecuniária a receber: comentados e apresentados na nota explicativa nº 6.
- Outros créditos com operação de assistência à saúde e Créditos tributários e previdenciários: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 7.
- Bens e títulos a receber e outros passivos reconhecidos no ativo e passivo circulante e não circulante.

Mensuração de valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo no fim de cada exercício conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, com preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Operadora correspondem às características do Nível 2.

a) Gerenciamento de riscos

A Operadora opera exclusivamente com planos de assistência médica, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e pessoas físicas. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os de flutuação dos custos médicos, de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração.

b) Risco de mercado e concorrência

A Operadora trabalha com medicina de grupo e opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos de assistência médica com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde, autogestão e cooperativas de trabalho médico.

c) Risco de flutuação dos custos médico-hospitalares

Os contratos possuem prazo indeterminado com cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas por meio do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos 12 meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

d) Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade de a Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de assistência médica e hospitalares e é orientada com o objetivo de manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Por meio de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber.

e) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco por meio do equacionamento do fluxo de compromissos e da manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários para suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

f) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras.

A Operadora adota a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDB), em sua maior parte de grande porte, com liquidez imediata, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas, incluindo a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a Resolução Normativa ANS nº 274/11 para a garantia das provisões técnicas.

O portfólio financeiro da Operadora está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico (CDI). Pelo fato de a Operadora não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, ela não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 5.

28. COBERTURA DE SEGUROS

Em dezembro de 2019, a Operadora contratou seguros para cobrir riscos, declarados no montante de R\$1.022, com limite máximo de indenização de R\$202.411 para incêndios, inclusive decorrente de tumultos, queda de raios, explosões de qualquer natureza e implosões.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, que dispõe sobre os efeitos do novo Coronavírus nas demonstrações financeiras a as normas contábeis, que requerem divulgação de eventos subsequentes para o cenário atual, a Operadora, em conjunto com seu Grupo Econômico acompanha o desenrolar dos acontecimentos e informa que não sofreu impactos econômico-financeiros significativos em seus negócios até este momento.

No entanto, aumentaram o grau de incerteza para muitas projeções que só poderão ser mensuradas futuramente e que podem gerar os impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras, quer sejam relevantes ou não. Até o presente momento, a Operadora não teve seu fluxo de caixa operacional afetado, haja vista que o seu fluxo de recebimentos e pagamentos estão seguindo curso normal dos negócios.

Quanto aos aspectos operacionais, com base na melhor informação disponível, a Operadora em conjunto com o seu Grupo Econômico está tomando medidas para reduzir qualquer eventual impacto, quais sejam:

- Constituição de um comitê multidisciplinar com o objetivo de monitorar a pandemia, estudando as melhores práticas possíveis para o tratamento e controle, tendo por base a melhor experiência aqui e no resto do mundo.
 - Compra de estoque de materiais, equipamentos e medicamentos que deverão ser utilizados ao longo do ciclo contagioso.
 - Utilização de telemedicina para orientação e realização de consultas com seus beneficiários.
 - Esforço de comunicação com seus clientes e com a sociedade em geral para prevenção da infecção do vírus.
 - Adoção de home office com seus colaboradores de "backoffice", suspensão das férias de colaboradores assistenciais e estudo de ações previstas na Medida Provisória nº 927/2020.
-

Cândido Pinheiro Koren de Lima
Presidente do Conselho de Administração

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Diretor-presidente

Alexsander Correia de Carvalho
Contador CRC SP-262683/O-6

Glaucio Mattos de Souza
Atuário MIBA 2.284